



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES**

Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - CEP: 01017-906 - São Paulo/SP
PABX: (11) 3292-3266 - Internet: <http://www.tce.sp.gov.br>



SENTENÇA DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

PROCESSO: TC-022157/989/18-7
ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO
RESPONSÁVEL: JOEL DE BARROS BITTENCOURT - SUPERINTENDENTE
ASSUNTO: APOSENTADORIA
INTERESSADOS: BEATRIZ MARIA DOS SANTOS E OUTROS
EXERCÍCIO: 2016
MPC: ATO PGC Nº 006/2014
INSTRUÇÃO: 3ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-II

RELATÓRIO

A avaliação procedida pela Fiscalização concluiu pela legalidade das pensões para fins de registro, por ter verificado a regularidade na documentação examinada.

Os autos retornaram do D. MPC nos termos do Ato Normativo nº 6/2014-PGC, DOESP 6/2/2014.

É o relatório.

DECISÃO

A instrução processual não aponta imperfeições nos atos concessórios de pensão realizados pelo órgão no exercício de 2016.

Dessa forma, acompanhando a manifestação favorável da Fiscalização, **JULGO REGULARES** os atos concessórios de pensão em exame e, por via de consequência, concedo o seu registro, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se, por extrato.

1. Ao cartório para certificar o trânsito em julgado.
2. Após, ao DSF-2.1 para as providências cabíveis, arquivando-se em seguida.

C.A., 23 de novembro de 2018

**SILVIA MONTEIRO
AUDITORA**

SM-03

PROCESSO: TC-022157/989/18-7
ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO
RESPONSÁVEL: JOEL DE BARROS BITTENCOURT - SUPERINTENDENTE
ASSUNTO: APOSENTADORIA
INTERESSADOS: BEATRIZ MARIA DOS SANTOS E OUTROS
EXERCÍCIO: 2016
MPC: ATO PGC Nº 006/2014
INSTRUÇÃO: 3ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, **JULGO REGULARES** as concessões de APOSENTADORIA dos ex-servidores acima relacionados, e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

C.A., 23 de novembro de 2018

SILVIA MONTEIRO
AUDITORA

SM-03

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 1-K9WY-B3PP-5VQV-LE1E